

A LEITURA COMO ATO POLÍTICO-EDUCATIVO: ARTICULAÇÕES ENTRE PRÁXIS, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO LEITORA NAS BIBLIOTECAS POPULARES DO MST

Tânia Maria Lima¹; Claudiana Alencar²; Sandra Gadelha³; Cineide Nogueira⁴

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte-Ceará, Brasil, e-mail: tania21lima@gmail.com¹; Universidade Estadual do Ceará, e-mail:claudiana.alencar@uece.br²; Universidade Estadual do Ceará, e-mail:sandra.gadelha@uece.br³; Universidade Estadual do Ceará, e-mail:cineide.nogueira@aluno.uece.br;⁴

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente aprofundamento teórico-bibliográfico consiste em estabelecer aproximações entre as categorias Práxis e Educação, articulando-as de forma crítica e reflexiva ao diálogo teórico e metodológico da pesquisa de Doutorado: *A Leitura como Ato Político-Educativo: O Papel das Bibliotecas Populares do MST na Formação Leitora e na Construção de uma Cultura Digital Consciente na Infância*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN – Doutorado e Mestrado) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) de maneira a evidenciar como tais categorias se inter-relacionam no campo educativo, destacando suas implicações para a compreensão, análise e intervenção na realidade investigada.

Essa temática surge como desdobramento de uma atividade de pesquisa anterior, realizada no âmbito do curso de mestrado, a qual buscou identificar e analisar as práticas educativas e discursivas de resistência construídas por crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que vivem no Assentamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi-CE.

Já neste estudo preliminar, nos foi possível compreender que, na dinâmica cotidiana de ser e se fazer Movimento junto a seus familiares, as crianças constroem a si mesmas enquanto se relacionam com seu coletivo e com seus pares, observando e aprendendo com o meio em que vivem. Nos espaços de luta, forjam elementos específicos de sua identidade Sem Terrinha, definindo suas representações e elaborando e reelaborando discursos e práticas que dialogam com os processos educativos e formativos que as atravessam.

A esse respeito, Caldart (2004) elucida que as crianças Sem Terra desenvolvem suas próprias percepções e entendimentos sobre aquilo que vivem, e que as práticas educativas que surgem mediadas por esses aprendizados não só contribuem para a luta Sem Terra, mas para a construção de novas práxis de formação e consciência que anunciam um novo querer fazer social.

Em Gohn (2011), entendemos que o próprio ato dos sujeitos de participar, aprender, compartilhar saberes e experiências traz imbuída uma intencionalidade, que é própria da educação não formal. Para tanto, “há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral,

e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos” (GOHN, 2011, p. 333).

Barbosa e Fraga (2012) enriquecem essa discussão ao refletirem que, dentro de Movimentos Sociais como o MST, formam-se, nas relações e trocas entre os sujeitos, perspectivas socioeducacionais emancipatórias, pautadas na vivência da educação como um processo histórico e político, onde as mesmas nascem e se manifestam através dos saberes e experiências cotidianas de ser coletivo.

Assim, pensar os sentidos que elas ganham na formação e práxis humana dessas crianças é captar as teias que ligam esses significados à própria práxis educativa que é gestada nestes espaços, uma práxis que dialoga com as perspectivas da educação popular, das lutas sociais e com o projeto histórico de transformação social.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de aprofundamento teórico-bibliográfico, de natureza qualitativa, que se inscreve no campo da educação crítica e da pesquisa educacional comprometida com as lutas sociais. Esta opção metodológica justifica-se pela necessidade de estabelecer aproximações conceituais entre as categorias Práxis e Educação de modo a fundamentar teoricamente a pesquisa de doutorado em desenvolvimento.

Com este fim, realizou-se um levantamento e análise crítica da produção acadêmica e dos documentos institucionais que abordam as categorias centrais da investigação: Práxis, Educação, Movimentos Sociais, Educação do Campo, Formação Leitora e Infância. Foram priorizadas as obras de referência que dialogam com o referencial freiriano e com a pedagogia do MST, incluindo autores como Caldart (2004), Gohn (2004, 2011), Brandão (2012), Freire (1987; 2013) e Giroux (2011), além de coletâneas que discutem a práxis e a formação humana, como a organizada por Maia, Soares e Fraga (2012). A seleção do material considerou a relevância teórica para a compreensão das relações entre educação, luta social e transformação da realidade.

Procedeu-se à análise de documentos institucionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com ênfase em publicações do Setor de Educação e em materiais de divulgação acerca das bibliotecas populares e das práticas de formação leitora. Destaca-se a análise do documento intitulado Literatura de resistência é ferramenta de transformação (MST, 2025), que explicita a concepção do movimento acerca da leitura como ato de resistência e emancipação. A análise documental buscou identificar os fundamentos teórico-práticos que orientam as ações educativas do MST, especialmente no que tange à formação leitora das crianças Sem Terrinha.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A História do MST narra muito mais do que a luta da classe trabalhadora camponesa pela legitimidade do direito à terra por meio da Reforma Agrária; manifesta, com igual importância, o encontro dessa força coletiva com uma das categorias fundantes e necessárias à realização de seu projeto transformador: a educação.

Em Maia e Pinheiro (2012), vemos ser reafirmada a premissa de que o MST forja uma Pedagogia própria, também denominam como a pedagogia da práxis, “na qual os atores sociais

são educandos e educadores, aprendem e ensinam, trabalham a teoria e a prática” (Maia e Pinheiro, 2012, p. 92). Ao mesmo tempo, a descrevem:

[...] (prática e teoria combinadas) de como se educam as pessoas, de como se faz a formação humana. A pedagogia do Movimento Sem Terra é o jeito através do qual o movimento vem, historicamente, formando o sujeito social de nome SEM-TERRA e educando no dia a dia as pessoas que dele fazem parte. (MST, 2001, p. 33).

Neste viés, refletimos que essa Práxis, gestada através das vivências dos sujeitos, a partir do que constroem enquanto modos de agir, pensar, representar e significar essas experiências, conecta-se com o exercício da luta pela transformação da sociedade. Como ressalta Gohn (2004), as ações e propostas pedagógicas geradas nestes ambientes possuem um caráter essencialmente humanista, ou seja, dialogam com as vivências da coletividade, mobilizam o ser a partir de suas experiências, fortalecendo seus aprendizados cotidianos e buscando contemplá-los em sua integralidade.

Ao assumir a educação como caminho necessário à consolidação de ações políticas críticas e transformadoras, o MST revela a importância da reorganização de suas bases de luta, que passou a ter a educação como uma das categorias fundantes de suas práticas educativas e bandeiras de luta. Soares e Barbosa (2012) explicam que a centralidade conferida à educação se ancora em seu potencial formador e conscientizador, imperativo para anunciar que “todos e todas os Sem Terra estudando significa o acesso à leitura e à escrita para a formação de homens e mulheres livres, conforme o pensamento Freiriano.” (Soares e Barbosa, 2012, p. 116)

Neste sentido, o MST (2025) reconhece a leitura como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento intelectual e para a análise crítica da sociedade. O movimento incentiva os/as Sem Terra a abraçarem a leitura como elemento central para ampliarem seus horizontes, aprofundarem a compreensão sobre a realidade social e desejarem transformá-la. Consolida, nesta perspectiva, a ideia de que a leitura é, para o movimento, um ato de resistência e emancipação, contribuindo ao semear ideias, cultivar conhecimento e colher transformações que fortalecem a luta pela Reforma Agrária popular.

Neste ínterim, a leitura é considerada como ato educativo libertador e transformador em sua importância na formação militante, sendo incorporada como uma de suas frentes de luta. Parte-se nesta pesquisa da perspectiva Freiriana, a qual compreende o processo de leitura como ato político que vai além da simples decodificação de palavras, como se expressa na atual cultura escolar fomentada pela gestão por resultados. Constitui-se, em princípio, como um instrumento de emancipação e crítica social. Paulo Freire (1987) afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, destacando que o ato de ler é uma prática transformadora capaz de desenvolver a consciência crítica e a autonomia dos sujeitos.

A esse respeito, o setor de educação do MST (2025) examina que a leitura para e com as crianças, além de oportunizar a construção de conhecimentos, também democratiza o acesso à cultura e, mais especificamente, à cultura e história local, contribuindo para a formação de leitores críticos em meio à expansão da era digital. Esta, por sua vez, tem sequestrado cada vez mais as possibilidades das crianças no que se refere ao deleite literário e à sua formação crítica leitora, expondo-as ao uso massivo de plataformas, redes e mídias sociais.

Sobre isso, Fernandes (2015), em suas pesquisas sobre a educação do campo, aponta para a importância de integrar as tecnologias digitais às novas práticas e demandas educativas e literárias, relacionando tais dimensões sem perder de vista os valores e princípios da educação popular. Para o autor, as tecnologias podem ser ferramentas poderosas para a democratização

do conhecimento, desde que utilizadas de forma crítica e contextualizada. Esse esforço nos sugere pensar essa perspectiva considerando a ótica Freiriana, quando este nos propõe refletir que:

É impossível pensar o problema dos meios sem pensar a questão do poder. O que vale dizer: os meios de comunicação não são bons nem ruins em si mesmos. Servindo-se de técnicas, eles são o resultado do avanço da tecnologia, são expressões da criatividade humana, da ciência desenvolvida pelo ser humano. O problema é perguntar a serviço “do quê” e a serviço “de quem” os meios de comunicação se acham. (Freire e Guimarães, 2013, p. 22)

Nesta compreensão, Freire nos expõe a natureza dialética dos meios de comunicação, destacando que sua essência não reside em uma suposta neutralidade técnica, mas em sua inserção em relações de poder. Ao afirmar que os meios são fruto do avanço científico e da criatividade humana, reconhece seu potencial emancipatório, mas adverte que esse potencial só se realiza quando refletimos sobre quem controla e quem se beneficia dessas tecnologias.

A partir desta perspectiva, compreendemos com Giroux (2011) que a infância é, dentro da estrutura capitalista, um terreno em disputa, onde a esfera das corporações midiáticas e as plataformas digitais atuam para moldar desejos, valores e comportamentos das crianças. Neste cenário, Educação, formação leitora e Práxis encontram possibilidades para serem pensadas em diálogo e relação nesta pesquisa, uma vez que os processos de leitura que pretendemos evidenciar neste aprofundamento, por meio das bibliotecas populares do MST, perseguem a premissa anunciada por Brandão (2012, p.2) ao falar sobre as práticas de educação popular: “reverter, no mistério do saber coletivo, o sentido da palavra e o seu poder.”

O sentido de desvelar as relações de poder, ao assumir o direito de dizer a sua palavra no mundo mediada pela leitura e compreender seu papel contra-hegemônico em meio à robotização da mente e dos comportamentos infantis, é caminhar lado a lado com o que Maia e Pinheiro (2012, p. 98) elucidam como saber fazer a leitura do mundo e a leitura da palavra numa visão crítica: “é atuar para conquistar, é buscar o caminho da liberdade por meio das ocupações [...]”. E aqui pedimos licença para reafirmar a urgência da luta por ocupar o latifúndio do saber, historicamente demarcado a serviço dos interesses formativos do capital e da classe dominante.

Através do MST, compreendemos que a vivência de uma criança no espaço de uma biblioteca popular de identidade construída junto ao coletivo pode oportunizá-la a descobrir “a importância da leitura para conhecer o mundo, as pessoas, as coisas, para saber quem somos, para buscar aprender o que desejamos e, por que não, lutar por um mundo melhor (MST, 2025, p. 3).” Dessa forma, evidencia-se que as bibliotecas populares do MST podem materializar a inter-relação entre educação e práxis. Elas são o *locus* onde a leitura, concebida como ato político pelo movimento, pode transformar-se em prática educativa coletiva (práxis), permitindo às crianças Sem Terrinha não apenas decodificar palavras, mas ler criticamente o mundo, forjar sua identidade e participar do projeto histórico de transformação social.

4 CONCLUSÕES

O presente aprofundamento teórico-bibliográfico partiu do objetivo de estabelecer aproximações entre as categorias Práxis e Educação, articulando-as de forma crítica e reflexiva. Ao longo deste percurso, foi possível evidenciar que tais categorias, longe de se constituírem como abstrações conceituais descoladas da realidade concreta, encontram nas práticas

educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um terreno fértil para sua materialização e compreensão.

A análise realizada permitiu afirmar que a Práxis, compreendida como unidade dialética entre ação e reflexão, teoria e prática, constitui-se como categoria fundante da educação gestada no MST, forja-se no cotidiano das relações entre os sujeitos, nos processos de luta e organização coletiva, no qual aprendem e ensinam mutuamente, tecendo uma formação humana comprometida com a transformação social.

A educação, nesta chave de leitura, revela-se indissociável da luta política. O MST, ao assumir a educação como caminho necessário à consolidação de ações críticas e transformadoras, demonstra que o acesso à leitura e à escrita não se reduz à aquisição de habilidades técnicas, mas constitui-se como instrumento de formação de homens e mulheres livres.

Neste contexto, a leitura emerge como ato político-educativo por excelência, como uma ferramenta de resistência, emancipação e crítica social, que permite aos sujeitos Sem Terra não apenas decodificar palavras, mas ler criticamente o mundo e desejarem transformá-lo. As bibliotecas populares do MST, objeto central da pesquisa de doutorado, foram identificadas neste aprofundamento como possíveis lócus de confluência de relações entre a práxis e a educação. Nestes espaços, a leitura concebida como ato político transforma-se em prática educativa coletiva, permitindo às crianças Sem Terrinha não apenas acessar o conhecimento historicamente acumulado, mas também forjar sua identidade, dialogar com sua cultura e história local e participar do projeto histórico de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Práxis; Educação; Formação leitora; Bibliotecas populares; MST.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lia Pinheiro; FRAGA, Regina Coele Queiroz. Dialogando sobre educação crítica: práxis e formação humana. In: MAIA, Luciola Andrade; SOARES, José Rômulo; FRAGA, Regina Coele Queiroz (Org.). **Práxis e formação humana**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Movimentos Sociais**. Expressão Popular, 2015.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIROUX, Henry. **Educação e a Crise da Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais: espaços de educação não formal da sociedade civil**. Universia, 2004.

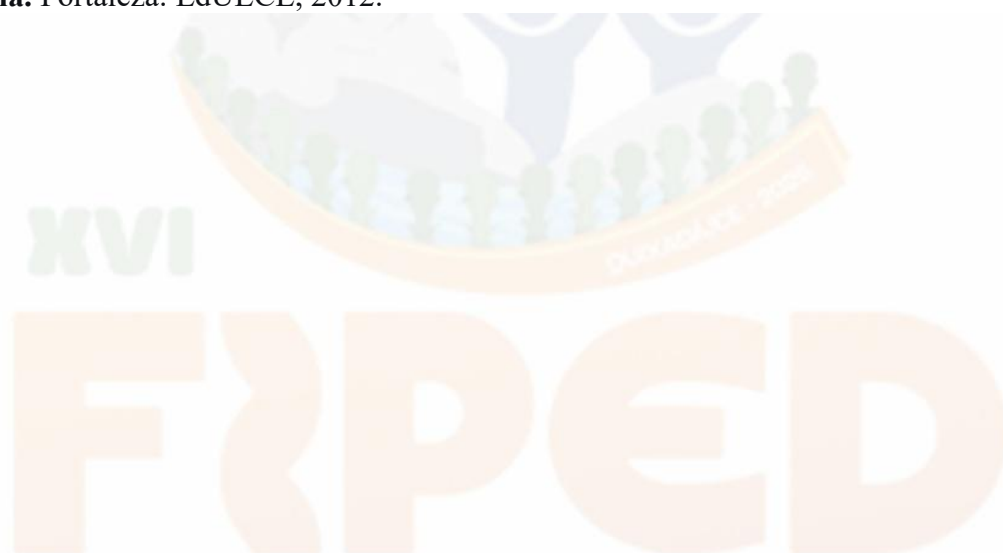
_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

MAIA, Luciola Andrade; PINHEIRO, Carísia Maia. Paulo Freire: um educador a favor dos oprimidos. In: MAIA, Luciola Andrade; SOARES, José Rômulo; FRAGA, Regina Coele Queiroz (Org.). **Práxis e formação humana**. Fortaleza: EdUECE, 2012. p.

MST. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Setor de Educação do MST, 2001. (Caderno de Formação, n. 33)

MST. **Literatura de resistência é ferramenta de transformação**. 7 jan. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/exemplo>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SOARES, Antônio Melo; BARBOSA, Lia Pinheiro. Paulo Freire e o MST/CE: um diálogo acerca da função social e política da educação no pensamento freiriano. In: MAIA, Luciola Andrade; SOARES, José Rômulo; FRAGA, Regina Coele Queiroz (Org.). **Práxis e formação humana**. Fortaleza: EdUECE, 2012.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP